

GOVERNO

Com o vice Anastasia, pré-candidato a governador, Aécio anuncia programa para investimento em obras de infraestrutura que vai beneficiar 710 municípios com menos de 25 mil habitantes

Cidades terão R\$ 180 milhões

THIAGO HERDY

Enviado Especial

Conselheiro Lafaiete – A poucos dias de deixar o governo de Minas para ser candidato nas eleições de outubro, o governador de Minas, Aécio Neves, anunciou ontem um programa de transferência de recursos a todas as prefeituras de Minas para investimento em obras de infraestrutura urbana. Pelo menos R\$ 180 milhões serão transferidos às prefeituras de 710 municípios com menos de 25 mil habitantes. O investimento, que coincide com o ano eleitoral, chegará a 83% das cidades mineiras.

“Quero convocar os prefeitos aqui presentes para nos reunirmos em Belo Horizonte nas próximas semanas, para o início de um novo e vigoroso programa de investimentos em urbanização nos municípios”, disse o governador ao fim de seu discurso, no Teatro Municipal de Conselheiro Lafaiete, na Região do Alto Paraopeba. Ele inaugurou na cidade uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e anunciou investimentos para a construção de um novo Pronto Socorro Regional.

Segundo o vice-governador Antônio Anastasia, os recursos do novo programa serão uma forma de compensação aos municípios pelas perdas de arrecadação no ano passado, decor-



Aécio voltou a negar a chance de ser o candidato do PSDB à Presidência, caso o governador de São Paulo, José Serra, opte por tentar a reeleição

rentes da crise econômica mundial. “Como o estado não pode ajudá-los no custeio, nós vamos ajudá-los nos investimentos”, disse Anastasia, que negou haver ligação entre o anúncio de uma iniciativa tão abrangente e o ano eleitoral. “São convênios de infraestrutura que nós já fazemos comumente com os mu-

nicipios”, afirmou.

Aécio voltou a negar a chance de ser o candidato do PSDB à Presidência, caso o governador de São Paulo opte por tentar a reeleição ao governo estadual. “Essa hipótese não está sendo sequer cogitada, o governador José Serra tem todas as condições de conduzir a candidatura

do PSDB e fará isso a seu tempo. A grande contribuição que darei ao meu partido é fortalecer nosso palanque em Minas Gerais”, disse Aécio, que completou: “quando se toma uma decisão como a que eu tomei, não se pode ficar tergiversando e esperando outras alternativas”.

No entanto, para os estrate-

gistas do governador, a tese da candidatura à Presidência ainda não está sepultada. Um equipe de vídeo da Vitória Comunicação Integrada, empresa que há alguns anos presta serviços de marketing político para o PSDB e para as campanhas de Aécio, gravou entrevista com vários moradores de Lafaiete antes do

início das cerimônias. As seguintes perguntas estavam escritas no questionário usado pela equipe: “O que você acha de o governador Aécio Neves ter desistido de ser presidente? Você acha que ele seria um bom presidente?”

A equipe perguntava também em quem o morador votaria naquele ano, se conhecia o vice-governador Antônio Anastasia, e se votaria nele para suceder Aécio em Minas. Os funcionários da empresa negaram o uso dos vídeos gravados na campanha de Anastasia. Eles disseram estar construindo um banco de personagens, que será usado posteriormente. Novas gravações seriam feitas com as mesmas pessoas, mas em um formato diferente, em outro momento.

Embora tenha dito em entrevistas que será candidato ao Senado, Aécio tem evitado citar o cargo nos discursos. “Não sei os caminhos que o destino me reserva”, repetiu ontem, mais uma vez. Nos discursos, governador e vice trocaram elogios. “Nosso condutor, nossa grande inspiração. Não mais uma liderança regional, ou nacional, mas internacional”, disse Anastasia, em referência a Aécio. “Quero saudar aquele companheiro de todas as horas, parceiro absolutamente decisivo, a quem terei o privilégio de passar o comando do governo do estado”, devolveu Aécio.

MARIA TEREZA CORREA/EM/D.A.PRESS



Renata Vilhena diz que mudança não afetará eficiência do serviço

Decreto reduz jornada de trabalho

AMANDA ALMEIDA

Cerca de 16 mil servidores estaduais transferidos para a Cidade Administrativa Tancredo Neves, no Bairro Serra Verde, na Região de Venda Nova, ao longo de 2010, terão redução de jornada de trabalho de 25%. Ontem, o governador Aécio Neves (PSDB) assinou decreto estabelecendo regras para a diminuição das 40 horas semanais (oito diárias) para 30 (seis por dia). A medida é válida até dezembro, quando, para o governo de Minas, acaba o período de adaptação dos funcionários. Segundo o governador, a decisão é improrrogável. Os salários não terão queda.

O servidor só contará com o

benefício depois de sua transferência para a Cidade Administrativa. Ou seja, quem se mudar para a nova sede em junho, por exemplo, terá a redução na carga horária a partir daquele mês. Os 16.322 servidores serão transferidos gradativamente até outubro, de acordo com cronograma montado pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag). “Estamos dando a esses servidores a oportunidade de ter o horário corrido de seis horas para que haja uma adaptação mais natural, garantindo a mesma remuneração”, disse Aécio.

Uma das ideias é compensar o tempo perdido no deslocamento, pois os novos prédios estão a 18 quilômetros do Centro. Segundo

a secretária de Planejamento e Gestão, Renata Vilhena, a mudança na carga horária foi reivindicada pelos servidores. “Muitas pessoas têm de se adaptar, principalmente quem tem filhos na escola, ou para o transporte mesmo. Então, (a redução é) para diminuir qualquer tipo de dificuldade que o servidor tenha”, afirmou.

Apesar das duas horas a menos na jornada de trabalho, a secretária Renata Vilhena alegou que a mudança não comprometerá a eficiência do serviço público. “Trabalhamos com metas e indicadores e a redução está sendo feita de forma que não haja prejuízo de nenhum compromisso que o governo tem. Além do que temos, até outubro 16 mil pessoas que

vão ter direito a esta jornada num universo de 310 mil servidores. É um quantitativo muito pequeno que não vai impactar nenhuma meta. A redução não se aplica aos órgãos e servidores de atendimento direto ao cidadão, como o Hemominas e postos Psiu.

A Lei 18.710, que permite ao Poder Executivo reduzir em até 25% a jornada de trabalho, foi sancionada em janeiro. Os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão ou em exercício de função gratificada, com carga horária de 40 horas semanais, também poderão ter a jornada reduzida, mas dependem da autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade responsável.

MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO

MARCOS.COIMBRA@UAI.COM.BR



MARCOS MICHELEIN

Ainda o plebiscito

A medida que a eleição presidencial vai se aproximando, fica mais claro o projeto de Lula para vencê-la. A menos de 8 meses de sua realização, é mais fácil (talvez até para o próprio presidente) entender onde ele quer chegar.

A ideia de fazer da eleição de 2010 um plebiscito foi explicitada por Lula ainda em 2007, quando anunciou que queria que nela o eleitorado comparasse seu governo ao de Fernando Henrique. Quem achasse que seus oito anos foram melhores, que votasse na candidatura governista. Quem preferisse os de seu antecessor, na oposição.

A bipolaridade que é premissa desse projeto não foi inventada por Lula. De um lado, é assim que o sistema partidário brasileiro se estruturou nos últimos anos. De outro, o processo político concreto que vivemos sinalizou desde muito cedo que as de 2010 repetiriam o padrão.

A todos sempre pareceu que o cenário mais provável seria uma nova confrontação PT-PSDB, apenas havendo dúvida se logo no primeiro turno ou no segundo. A candidatura situacionista esteve em disputa, pois Ciro Gomes reunia intenções de voto suficientes para permanecer como alternativa aos nomes do PT, nenhum com boa largada nas pesquisas. Mas as perspectivas de crescimento de quem quer que fosse o candidato do PT eram maiores.

Tampouco surgiu opção ao PSDB no campo opositorista. Dos partidos que remanesceram com ele, o DEM seria o único que poderia pensar em um nome, mas nunca se movimentou nessa direção e hoje nem poderia mais pensar no assunto. Seria, portanto, tucana a candidatura, e apenas uma. Quanto a quem, tudo apontava para Serra, mesmo

enquanto Aécio permaneceu na disputa.

Para Lula, o fato de as oposições só terem um nome sugeriria uma decisão em primeiro turno, que se tornou mais possível quando Marina, depois de provocar algum alvoroço no lançamento de sua candidatura, estacionou nas pesquisas. Não seria muito diferente com qualquer nome tucano, mas Serra facilitava o confronto plebiscitário. Se Aécio fosse candidato, seria mais complicado propor a comparação com FHC, pois o governador de São Paulo integrou o governo passado e foi adversário do próprio Lula em 2002.

Mas qual seria o conteúdo do plebiscito? Ninguém melhor que Lula sabia que não seria apenas uma briga de números, a respeito de indicadores de desempenho governamental. Nem no Brasil, nem em qualquer lugar do mundo se vencem eleições assim.

Outra coisa que o plebiscito não poderia ser seria uma escolha entre Lula e FHC, para que os eleitores

dissessem de quem gostam mais. A resposta a essa pergunta já é conhecida e o vencedor é o atual presidente. Não bastassem as comparações da aprovação de ambos, várias pesquisas pediram às pessoas que fizessem a comparação direta: Lula sempre ficou na frente, com larga vantagem.

O relevante, contudo, é que essa escolha não conduz ao voto em Dilma, pois é perfeitamente possível que alguém prefira Lula e ache que Serra é melhor candidato. Não é esse plebiscito, portanto, que o presidente busca.

Goste-se ou não de Lula, é preciso reconhecer que o que ele está propondo é um novo modelo de eleição, que só é possível agora. Hoje, depois de oito anos de PT no governo, pode-se fazer a comparação entre ele e o PSDB, não em torno de nomes ou pessoas, mas do que cada “lado” representa. De fazer um balanço das coisas em que cada um acertou e errou quando teve a oportunidade de liderar uma coalizão para governar e pôr em prática

suas propostas e sua visão para o Brasil.

Usando as palavras que ele usaria, o plebiscito que Lula quer não é entre ele e FHC, mas entre o que “nós” (o PT) somos e fazemos e “eles” (o PSDB) são e fazem. Se acontecer como ele pensa, seria a primeira eleição genuinamente partidária de nossa história política, em vez das disputas personalistas que sempre tivemos.

Não importa quem vença. O importante é que teremos, de um lado, um bom e legítimo candidato do PSDB (paulista, ex-intelectual, integrante do governo FHC) e, de outro, uma boa e legítima candidata do PT (técnica do setor público, ex-militante de esquerda, integrante do governo Lula). Sem a combinação de ilusão e medo (como a que deu a vitória a Collor), sem mágicas (como a do Real, que elegeu Fernando Henrique), sem carismas (como o de Lula).

Não era isso que queríamos, uma política em que os partidos são mais importantes que as pessoas?

“Goste-se ou não de Lula, é preciso reconhecer que o que ele está propondo é um novo modelo de eleição, que só é possível agora. Hoje, depois de oito anos de PT no governo, pode-se fazer a comparação entre ele e o PSDB”